

4 Parentalidade e a família monoparental feminina



Pierre Auguste Renoir (1841-1919)

Maternité dit aussi L'Enfant au sein 1885 (Paris, musée d'Orsay)

*“Não basta o compromisso
Vale mais o coração
Já que não me entendes, não me julgues
Não me tentes*

*...
Ninguém sabia e ninguém viu
Que eu estava a teu lado então
Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou
mulher
Sou minha mãe e minha filha,
Minha irmã, minha menina
Mas sou minha, só minha e não de quem
quiser
Sou Deus, tua deusa, meu amor
Alguma coisa aconteceu
Do ventre nasce um novo coração”*

*Música:
1º de julho
(Cássia Eller e Renato Russo, 1994)*

A família contemporânea, em toda sua complexidade, tem uma história, um percurso. Para estudá-la de forma ampla, partimos de alguns pressupostos, dentre eles, o de que para compreender a mente e o comportamento humano, devemos nos reconhecer como membros de uma espécie cuja história deve ser estudada em três planos de análise: ontogenético, histórico-cultural e filogenético (Seidl de Moura, 2005a).

A idéia de que o comportamento do homem é produto de três planos de gênese foi anteriormente levantada por Vygotsky (2002) e Vygotsky e Luria (1996) que dividem estes planos da seguinte forma:

- ⌚ Filogênese
- ⌚ História Cultural
- ⌚ Ontogênese

Ou seja, o ser humano se desenvolve, sofrendo mudanças desde o seu nascimento até o momento de sua morte (ontogênese). Este mesmo ser humano faz parte de um grupo social que se situa num determinado espaço e se configura de acordo com aspectos culturais e históricos específicos (história cultural). Podemos ainda situar este indivíduo, considerando contextos ainda mais amplos, como membro de uma espécie que tem uma história evolucionária extremamente longa, que se desenvolveu durante milhões de anos (filogênese).

Esta visão abrangente do ser humano deve ser mantida mesmo quando realizamos micro-análises do comportamento, pois somente a articulação entre esses diferentes níveis de análise permite uma compreensão mais coerente do complexo fenômeno humano.

Segundo Seidl de Moura (2005b) os bebês humanos já se encontram embebidos na cultura mesmo antes de nascer. Eles são recebidos com expectativas, crenças, representações e atividades mediadas por seus pais que são membros de um grupo inserido numa cultura específica.

Cole (1998) afirma que a cultura faz parte do funcionamento mental humano e tanto o comportamento quanto o desenvolvimento humano devem ser estudados dentro do contexto. Segundo este autor, a cultura está intimamente ligada ao desenvolvimento, sendo representada pelos pais e pelas gerações anteriores, que serão responsáveis por organizar e transformar o ambiente da criança de maneira dinâmica.

Segundo Harkness e Super (1996), o entendimento dos pais a respeito da natureza das crianças, da estrutura do desenvolvimento, da parentalidade, do significado do comportamento e do funcionamento da família é, geralmente, compartilhado pelos membros do grupo ou subgrupo cultural ao qual eles pertencem. Essas idéias irão emergir num determinado contexto de vida, num tempo e espaço cultural particular, e estarão relacionados a entendimentos sobre

algumas experiências vividas pelos pais. Estas representações culturais parentais estão organizadas em categorias às quais esses autores se referem como “sistemas de crenças culturais parentais” ou “etnoteorias parentais”. Este sistema de crenças culturalmente organizado está intimamente relacionado às ações ou práticas parentais, como por exemplo, estilos de fala com a criança, métodos disciplinares, e procura por aconselhamento profissional. Além disso, as etnoteorias parentais exercem forte influência na saúde e no desenvolvimento infantil, representando também um papel chave no desenvolvimento dos próprios pais. Este sistema faz parte da psicologia dos cuidadores.

Harkness e Super (1992) propuseram o modelo de nicho de desenvolvimento que procura compreender como a cultura é capaz de moldar o desenvolvimento infantil, tendo como elemento central as etnoteorias parentais. Resumidamente, o sistema de crenças parentais, os costumes e práticas na criação das crianças e a organização do ambiente físico e social no qual a criança vive (micro-ambiente da criança) teriam papel determinante no desenvolvimento infantil. O *nicho de desenvolvimento* é composto por três componentes (Figura 1):

- O ambiente físico e social no qual a criança vive;
- Os costumes na criação e cuidados com a criança regulados culturalmente;
- A psicologia dos cuidadores.

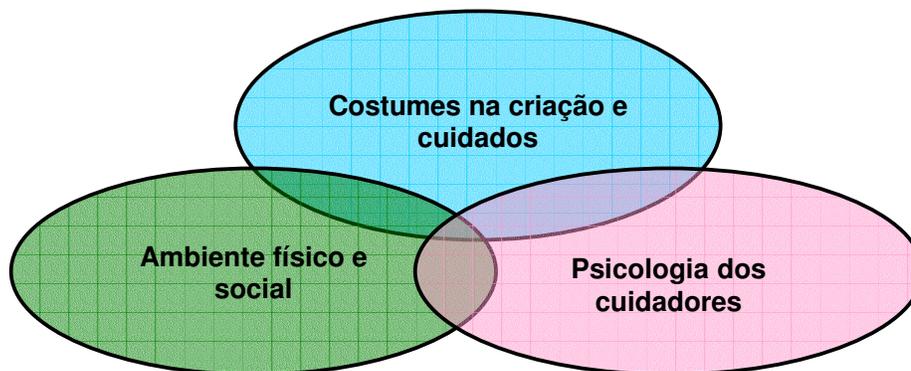


Figura 1 – Representação esquemática do modelo de *nicho de desenvolvimento*.

Todos esses sistemas estão inter-relacionados e possuem a função de mediar a experiência individual da criança com o grupo cultural ao qual ela pertence. A

psicologia dos cuidadores inclui cognições e práticas parentais. Dentro desta divisão, as etnoteorias parentais, ou seja, as crenças e representações a respeito do comportamento e desenvolvimento infantil assumem papel preponderante. Elas serão provenientes de experiências diárias nos cuidados e práticas com as crianças ou de experiências culturalmente acumuladas pelo grupo social de referência, e irão repercutir nas ações parentais e conseqüentemente no desenvolvimento de seus filhos. O modelo do nicho de desenvolvimento elaborado por Harkness e Super (1992) propõe que o desenvolvimento da criança dá-se num processo coordenado entre as características iniciais do bebê e o ambiente cultural que o envolve. Foram propostos diversos outros modelos teóricos que buscam compreender o desenvolvimento infantil a partir das interações estabelecidas entre a criança e o meio social aonde ela vive.

Suizzo (2002) descreve a noção de modelos culturais como sendo as idéias, crenças, metas e estratégias compartilhadas pelos membros de uma determinada comunidade cultural que guiam suas ações e suas interpretações de diversos fenômenos. Keller (2005) considera a existência de dois modelos culturais principais. Um modelo de independência, comum em sociedades industriais modernas, no qual os pais criam seus filhos privilegiando a independência, metas pessoais, autonomia e relacionamentos mais distantes. O outro modelo considerado é o da interdependência, mais comumente observado em sociedades rurais de cultura de subsistência. Este modelo se focaliza nas metas do grupo, no relacionamento mais íntimo, baseado em papéis definidos e cumprimento de ordens e regras. Mais recentemente, vem sendo proposto um terceiro modelo que combina a autonomia com relacionamentos próximos.

Bronfenbrenner (1996) elaborou a Teoria da Ecologia do Desenvolvimento Humano, propondo que irão ocorrer trocas a partir das interações entre o indivíduo e o contexto social no qual ele está inserido. A criança cresce num ambiente que a transforma e é transformado constantemente. Este ambiente é formado por elementos culturais, psicológicos (crenças, valores, regras, representações e etc.) e elementos físicos. Os indivíduos estão envolvidos por sistemas de diferentes níveis: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

Esse trabalho investigou um dos componentes do contexto no qual a criança encontra-se inserida, a psicologia do cuidador. Exploramos aqui especificamente

as mães separadas/divorciadas. Nosso tema de investigação, portanto, é a família monoparental feminina, sob o ponto de vista materno.

Levy (2005) conceitua família monoparental como “*aquela composta por um pai ou uma mãe cuidando, sozinho(a), de seus filhos*” (pg.51). As famílias monoparentais, portanto, podem ser tanto masculinas quanto femininas. Existe uma possível variabilidade quanto à conformação da família monoparental. Quando nos referimos às famílias monoparentais femininas consideramos que elas podem ser compostas das três seguintes formas:

- ☞ mulheres separadas ou divorciadas que possuem a guarda do(s) filho(s);
- ☞ mulheres viúvas que criam seu(s) filho(s);
- ☞ mulheres que jamais se casaram, mas optaram por serem mães, realizando a denominada “produção independente” a partir de concepção natural ou adoção, e criando seu(s) filho(s) sozinhas, sem a presença do pai.

Levy (2005), ao investigar famílias monoparentais adotivas, observou a grande importância da rede de apoio respaldando a situação do pai ou da mãe, na tarefa de dividir as responsabilidades e de certa forma suprir a ausência da outra figura parental. Esta mesma autora constatou que mulheres solteiras que adotam um ou mais filhos, não acreditam que estas crianças poderiam ser mais felizes ou equilibradas se vivessem numa família constituída por pai e mãe.

Segundo Sumaza e Rodrigues (2003), a família monoparental é uma unidade não estática de relações que se configura dinamicamente no tempo e no espaço. Trata-se, portanto, de uma realidade complexa e multidimensional com aspectos não só formativos, mas também operativos. Esses autores discutem o conceito de família monoparental citando a definição de 12 autores. A única característica comum a todas as definições é a presença de somente um progenitor e seus filhos coabitando. No entanto, o fenômeno da monoparentalidade é amplo e abarca diferentes constelações familiares, dentre elas, as famílias separadas, divorciadas ou de mães que realizam produção independente. Essas possibilidades plurais significam estratégias de convivências diversas, representando identidades únicas, como microsociedades com economias, hábitos, culturas e percepções próprias de sua situação.

Dados do IBGE (2000), de oito anos atrás, revelavam que famílias nucleares (que seguem o modelo clássico de formação, com pai, mãe e filhos residindo juntos) constituem a configuração predominante da família brasileira (55,4%). No

entanto, as famílias monoparentais femininas representavam 12,6% dos arranjos familiares nacionais, podendo chegar à proporção de 14,4% nos grandes municípios.

Em 2007, O IBGE divulgou uma síntese dos indicadores sociais do período entre 1996 e 2006. As conclusões dessa análise foram elaboradas, em sua maior parte, a partir dos dados da (PNAD) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007).

Os resultados da PNAD 2006 mantêm as tendências já verificadas na última década: o crescimento proporcional de pessoas que vivem sozinhas, dos casais sem filhos, das mulheres sem cônjuge e com filhos na chefia das famílias e, também, a redução proporcional dos casais com filhos. Estes fenômenos são frutos de um conjunto de fatores, tais como: o aumento da esperança de vida, a redução da fecundidade das mulheres, e a redução das taxas de mortalidade (IBGE, 2007).

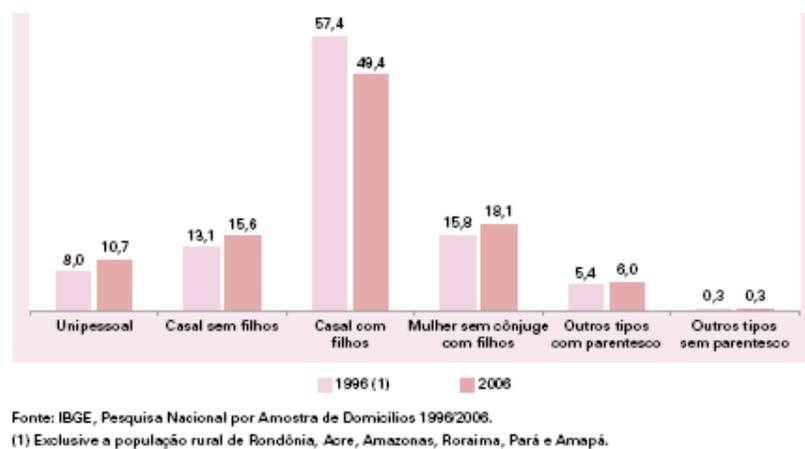


Figura 2 – Distribuição percentual dos arranjos familiares residentes em domicílio particulares, segundo o tipo de arranjo familiar – Brasil – 1996/2006.

As famílias do tipo monoparental feminino (mulheres sem cônjuge e com filhos) se destacam nas áreas urbanas e metropolitanas, onde os aspectos culturais propiciam maior liberdade de comportamento. No conjunto do País, a média, em 2006, foi de 18,1%, mostrando crescimento de quase 3 pontos percentuais em relação a 1996 (15,8%). Além disso, é surpreendente observar os elevados percentuais de arranjos familiares com chefia feminina. A média nacional é de 20,7%. Duas hipóteses primordiais foram formuladas com vistas a explicar o aumento contínuo desse tipo de arranjo no momento atual: um aumento de

“poder” por parte das mulheres em suas famílias (o chamado “poder materno”), e o aumento do desemprego masculino (IBGE, 2007).

Essas transformações se revelam ideologicamente mais sólidas quando nos deparamos com modificações jurídicas, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1998 que altera o paradigma da família ao quebrar o monopólio do matrimônio como legitimador da formação da família, reconhecendo, assim, a família monoparental e a união estável. Esta mesma Constituição reformula o conceito de família, considerando esta entidade de forma mais ampla como “todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto,... e no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar” (Alves, 2006, p.2). Podemos citar como outro exemplo, o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, promulgado em 1990, que reconhece o direito de adoção por pessoas solteiras, condição considerada inaceitável, há algumas décadas atrás (Levy, 2005).

Apesar deste aumento gradativo no número de lares habitados por mulheres vivendo com seus filhos, poucos trabalhos relatam a vivência dessas mulheres na monoparentalidade (Wagner & Grzybowski, 2003). A maior parte dos estudos publicados demonstram interesse pelas percepções dos filhos sobre a separação dos pais, ou sobre a consequência desta para o desenvolvimento das crianças (Ribeiro, 1988; Wallerstein & Kelly, 1998; Souza, 2000; Straube, Gonçalves & Centa, 2003; Brito, 2007).

Nossa investigação buscou contribuir para preencher essa lacuna na literatura. Propomo-nos a investigar a vivência de um grupo de mulheres que criam seus filhos após a separação ou divórcio. Abrimos um espaço para a escuta dos relatos dessas participantes quanto a sua vivência como mãe e mulher. A pesquisa que será descrita a seguir, portanto, se propôs a ouvir, descrever e discutir as histórias, experiências, representações e anseios dessas mulheres.